

PERFIL DOS EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NA UFMG A PARTIR DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

PROFILE OF PUBLIC-SCHOOL STUDENTS AT UFMG FROM AFFIRMATIVE ACTION POLICIES

Shirley Torres de Lima Otoni ¹

<https://orcid.org/0000-0002-5618-7455>

Brésicia França Nonato ²

<https://orcid.org/0000-0002-6779-8278>

Gustavo Bruno de Paula ³

<https://orcid.org/0000-0002-6531-0865>

Thainara Cristina de Castro Ariovaldo ⁴

<https://orcid.org/0000-0003-1997-2611>

Resumo:

Devido à adoção de políticas públicas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro, como a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), o perfil social, cultural e escolar dos estudantes se diversificou e ganha destaque a ampliação do percentual de egressos do ensino médio público. Considerando a heterogeneidade socioeconômica que caracteriza os alunos das escolas públicas, conforme se originam da rede federal, estadual ou municipal, torna-se importante avaliar se essas diferenciações se reproduzem sobre o acesso à universidade. O objetivo do artigo é analisar o perfil dos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais de modo a identificar variações conforme o tipo de escola pública frequentada no ensino médio. Para tal, com base no questionário socioeconômico aplicado pela instituição, realizou-se análise descritiva do perfil dos ingressantes oriundos das redes estadual/municipal e federal. Foram examinados os dados referentes ao intervalo de 2008 a 2018, considerando-se as alterações nas políticas públicas de acesso ao ensino superior implementadas no período. Os resultados indicam fortes diferenças entre os estudantes segundo o tipo de escola pública frequentada. Observa-se que aqueles provenientes das escolas federais apresentam vantagens socioeducacionais quando comparados aos estudantes advindos das escolas públicas estaduais e municipais. Assim, tendem a ser proporcionalmente mais jovens, do sexo masculino, com renda e escolaridade parental mais elevada.

¹ Graduanda em Pedagogia pela UFMG, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

² Pedagoga, doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

³ Sociólogo, doutor em educação pela UFMG e pós-doutorando no PPGSA-IFCS/UFRJ, Osasco, SP, Brasil.

⁴ Pedagoga, mestre e doutoranda em Educação pela UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Palavras-chave: escolas públicas; acesso ensino superior, desigualdades educacionais; ações afirmativas; Lei de Cotas.

Abstract:

Due to the adoption of public policies to expansion and democratization of access to the Brazilian public higher education sector, like the 12.711/2012 law (Quotas Law), the social, cultural, and educational profile of the students diversified, and it stands out the increase of high school graduates. Considering the socio-economic heterogeneity that characterizes public school pupils, if they come from the federal, state, or municipal sector, it is important to assess whether these differences are reproduced in the access to the university. This article aims to analyze the characteristics of students at the Federal University of Minas Gerais, in order to identify variations according to the type of public school attended during high school. For this, based on the socioeconomic questionnaire applied by the institution, a descriptive analysis of the entrant's profiles from state/municipal and federal schools was made. Data of the period from 2008 to 2018 were examined, considering the changes in the public policies for access to higher education implemented in the period. The results indicate strong differences between the students according to the type of public school attended. Those from federal schools present socioeconomic advantages when compared to those from state and municipal schools. They tend to be proportionally younger, male, with higher income and parental education.

Keywords: public schools; higher education access; educational inequalities; affirmative actions; Quota Law.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, foram adotadas diferentes políticas com o objetivo de promover a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Tais políticas partem da constatação de que as trajetórias educativas são atravessadas pela desigualdade social e têm como eixo condutor a busca pela atenuação das desigualdades educacionais. Deste modo, tendem a associar à análise dos percursos educativos, explicitados pelo tipo de escola frequentada durante a educação básica, variáveis relativas à condição socioeconômica e raça na definição do público-alvo das políticas.

É diante das importantes alterações no contexto nacional e a partir do diagnóstico propiciado por pesquisas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que neste artigo analisaremos as mudanças no perfil dos estudantes provenientes de escolas públicas que ingressaram na universidade no período de 2008 a 2018. Neste texto, apresentaremos os avanços, no que se refere a inclusão de diferentes perfis sociais no ensino superior, e evidenciaremos como as hierarquias educacionais tendem a se reproduzir neste nível de ensino. Para isso, faremos inicialmente uma breve síntese das mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro, para em seguida focalizar nossas análises interpretativas sob o contexto da UFMG.

No âmbito das instituições públicas federais de ensino superior, a implementação da Lei n.º 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, deve ser vista como um marco frente aos desafios enfrentados na busca por equidade educacional. Esta lei tem como objetivo reservar vagas para egressos do ensino médio público resguardando subcotas específicas para pessoas de

baixa renda, negras ou indígenas e/ou com deficiência. No entanto, cabe salientar que mesmo antes da promulgação desta lei, já existiam iniciativas institucionais visando a adoção de políticas de ação afirmativa em seu processo seletivo. Ainda no início dos anos dois mil, diante das demandas populares e pressão dos movimentos sociais, diferentes instituições deram início a implementação de políticas de ação afirmativa, neste período os objetivos assim como os critérios para quem deveria ou não ser beneficiário eram difusos e sua implementação enfrentava uma resistência de alguns setores da sociedade.

Inicialmente, destacaram-se as instituições estaduais, as quais “obedeciam a leis estaduais ou criavam políticas de ação afirmativa a partir de decisões de seus próprios órgãos deliberativos” (FERES JÚNIOR, 2018, p. 13). Em seguida, foram implementadas também políticas isoladas em instituições federais com importantes incentivos do Governo Federal, sobretudo a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Exemplo de política institucional adotada neste contexto é a política de bônus⁵ implementada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2009.

No setor federal, a diversidade de critérios de políticas de ação afirmativa foi substituída, em grande parte, pela Lei de Cotas como política universal, a qual submeteu as universidades e escolas técnicas federais a uma normatização única (FERES JÚNIOR, 2018). Após a sua implementação, muitas políticas institucionais voltadas para a democratização do acesso foram encerradas ou adaptadas com vistas a contemplar os objetivos desta legislação. Pesquisas realizadas sobre o tema revelam que mesmo com a anterior existência de políticas de ação afirmativa isoladas, é principalmente a partir das cotas que se intensifica o ingresso de grupos sociais distintos daqueles que tradicionalmente ocupavam os espaços das universidades públicas federais, especialmente nos cursos mais elitizados (HERINGER; KLITZKE, 2017; LÁZARO, 2018; NONATO, 2018; PENA; MATOS; COUTRIM, 2020; SANTOS, 2017).

É inquestionável o efeito democratizante das políticas voltadas para ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, em especial da Lei de Cotas. De acordo com Ristoff (2016), houve uma mudança substancial do perfil do alunado a partir do início dos anos 2000, com mais egressos de escolas públicas, filhos de pais pouco escolarizados, afrodescendentes e indígenas acessando este nível de ensino. No entanto, este e outros autores têm constatado graus desiguais no aproveitamento destas políticas, a depender da escola pública frequentada na educação básica.

No contexto da UFMG, análises realizadas no âmbito do Grupo de Estudos sobre Educação Superior (GEES) demonstram que, a partir da implementação da Lei de Cotas, houve aumento substancial dos estudantes provenientes das escolas federais nos cursos mais seletivos da universidade (NOGUEIRA et al., 2017; NONATO, 2018). Dessa maneira, as vagas que eram tradicionalmente ocupadas por estudantes de instituições particulares foram preenchidas, em grande medida, por estudantes de escolas federais, as quais tendem a receber estudantes com um perfil socioeconômico mais elevado e resultados escolares mais favoráveis (ALVES et al., 2016; RIBEIRO, 2011). Com efeito, tal resultado expressaria as hierarquias e desigualdades existentes

⁵ Sistema de bônus sociorracial instituído no processo seletivo da UFMG em 2009 destinado aos candidatos oriundos de escolas públicas que consistia no acréscimo de 10% sobre a nota obtida pelos estudantes que cursaram os últimos 7 anos da educação básica em escolas públicas, e um adicional de 5% para aqueles que além desse critério, também se declaravam negros (pretos ou pardos). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1639/2.shtml>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

no âmbito da educação pública, revelando assim, a necessidade de uma cuidadosa análise sobre o perfil dos ingressantes e, particularmente, sobre os beneficiários das políticas de ação afirmativa que têm ingressado no ensino superior.

Partindo do conhecimento estabelecido sobre as diferenças de perfil social e escolar dos estudantes de escolas públicas, e especialmente do contraste entre aqueles da rede federal em relação aos das redes estadual e municipal, este trabalho, como já exposto, tem como objetivo discutir a relação entre o tipo de escola pública frequentada pelo estudante durante o ensino médio, seu perfil social e a forma de acesso à UFMG. Dentre os aspectos que justificam a relevância da pesquisa que fundamenta este texto, destacamos além atualidade do tema, o diagnóstico de que não há produções semelhantes sobre essa dimensão da desigualdade. Cabe salientar que em levantamento bibliográfico recente não foi localizado nenhum artigo que realize uma discussão semelhante a esta, seja em nível nacional, seja no âmbito de estudos sobre casos de universidades específicas. Este estudo torna-se particularmente relevante tendo em vista a revisão da Lei de Cotas prevista para ocorrer em 2022⁶, quando tal legislação completará dez anos. É preciso construir subsídios para uma discussão cientificamente bem fundamentada, que contribua para melhorias nos resultados da política, especialmente no cenário político brasileiro atual, em que, como exposto por Pinheiros e Soares (2020), as ações afirmativas se veem fortemente ameaçadas.

Neste artigo, que tem por base banco de dados⁷ estruturado a partir dos questionários socioeconômicos respondidos pelos estudantes durante o processo de matrícula, desenvolvemos análises descritivas das características socioeconômicas dos alunos da instituição. Com a finalidade de delimitar a análise, foram filtrados os estudantes aprovados via vestibular tradicional e/ou Sistema de Seleção Unificada (Sisu⁸) nos cursos presenciais do campus de Belo Horizonte⁹. Devido ao volume de dados, 59.337 casos, utilizou-se o software SPSS (Statistical Package for the Social Science) para selecionar os casos referentes a estudantes provenientes de escolas públicas.

O texto está organizado em três seções, além desta introdução: Ampliação do acesso de egressos de escolas públicas no ensino superior, em que se apresenta uma breve contextualização das políticas de bônus e cotas no cenário da educação superior brasileira; Políticas de ação afirmativa no acesso à UFMG, em que se desenvolve as análises sobre o perfil estudantil da universidade, baseadas nos dados institucionais; ao final, tecemos as considerações finais dos resultados observados pela pesquisa.

⁶ Há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que propõe a transferência da revisão da Lei de Cotas no ensino superior de 2022 para 2042.

⁷ Cedidos pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da UFMG por meio de uma parceria com o Grupo de Estudos sobre Educação Superior (GEES).

⁸ O Sisu foi criado em 2010 pelo governo federal, como alternativa aos vestibulares realizados até então, de forma descentralizada, pelas instituições públicas de Ensino Superior (BRASIL, 2010). Por via de plataforma online, o sistema disponibiliza o número de vagas de todas as instituições participantes, podendo o estudante se candidatar a qualquer vaga disponível.

⁹ Com efeito, isso implica na exclusão da análise de cursos que exigem provas para habilidades específicas, como Artes Visuais ou Música, e Licenciaturas em Educação do Campo e Formação Intercultural para Educadores Indígenas, que também contam com processos seletivos diferenciados. Excluímos também casos que exibiam informações faltantes para algumas das análises incluídas no trabalho, mas que ocorreram em percentual muito baixo.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR

O Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001 foi indutor, em grande medida, do crescimento das matrículas na educação superior brasileira (RISTOFF, 2019). Para que fossem cumpridas as metas estabelecidas pelo plano, de aumento da cobertura educacional para jovens de 18 a 24 anos, redução de desigualdades regionais e se cumprir a exigência de formação superior para professores da educação básica, foram implementadas políticas voltadas para ampliação do sistema, as quais se voltaram tanto para o setor privado quanto o público (SANTOS et al., 2020).

Políticas públicas e de ação afirmativa com foco na inclusão desempenharam papel especial nesse movimento de expansão. No setor público, em especial, o Reuni expandiu vagas e instituições (FERES E DAFLON, 2014; RISTOFF 2019) e as políticas de ação afirmativas deixaram o público atendido por este setor mais heterogêneo do ponto de vista social, escolar e racial. Segundo Daflon et al. (2013), os alunos egressos de escolas públicas foram os principais alvos das políticas de ações afirmativas de ingresso no ensino superior brasileiro. De acordo com estes autores, a opção por esse grupo de beneficiários esteve relacionada aos aspectos estruturais da educação brasileira, já que as escolas privadas de educação básica são consideradas de melhor qualidade do que as públicas.

De modo geral, a implementação de políticas de ação afirmativa se diferenciou conforme seus mecanismos para ampliar o acesso: por bonificação ou por reserva de vagas (cotas). Conforme exposto na introdução, o primeiro mecanismo estabelece a aplicação de um acréscimo sobre o desempenho obtido nos exames de seleção pelos candidatos que atenderem aos critérios da política, enquanto o segundo reserva um percentual de vagas para o público-alvo.

Desde 2016, a Lei 12.711/2012 possui oito submodalidades de cotas, além da Ampla Concorrência: (M1) egressos de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e de baixa renda; (M1.1) egressos de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e de baixa renda - Com Deficiência (PcD); (M2) egressos de escolas públicas com baixa renda, independentemente da cor; (M2.1) egressos de escolas públicas com baixa renda, independentemente da cor - Com Deficiência (PcD); (M3) egressos de escolas públicas que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda; (M3.1) egressos de escolas públicas que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda - Com Deficiência (PcD); (M4) egressos de escolas públicas, independentemente da cor ou renda; (M4.1) egressos de escolas públicas, independentemente da cor ou renda - Com Deficiência (PcD).

Investigações recentes buscaram identificar e analisar, por meio de pesquisas longitudinais, o efeito da expansão e diversificação sobre a democratização da educação terciária no Brasil. Ristoff (2016; 2019), tendo como objeto de análise o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), explorou cinco indicadores de inclusão social (renda familiar, origem escolar, cor da pele, escolaridade dos pais, concomitância de trabalho e estudo), a fim de perceber se os programas de expansão, interiorização e inclusão dos últimos anos impactaram o perfil socioeconômico dos estudantes universitários. As análises do autor sinalizam alterações positivas em todas as variáveis para todas as graduações investigadas. Desse modo, a cada edição do Enade, percebe-se que enquanto o número de ricos diminuiu, abrindo espaço para estudantes das faixas de renda mais baixas, discentes egressos de ensino médio público estão mais representados. Do

ponto de vista racial, a cada ano mais negros e indígenas acessam a educação superior. O mesmo ocorre com filhos de pais pouco escolarizados e os estudantes trabalhadores.

Salata (2018) também realizou investigação a fim de verificar se, em decorrência da expansão e da implementação de políticas públicas, as desigualdades de acesso ao ensino superior diminuíram. Com base em dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad) de indivíduos que idealmente deveriam cursar o ensino superior (jovens de 18 a 24 anos de idade) entre os anos de 1995 e 2015, o autor evidenciou que o acesso aos níveis mais elevados de ensino se tornou mais democrático. Assim, no período analisado, mulheres apresentaram aumento das chances de frequentar o ensino superior quando comparadas aos homens e, embora brancos ainda tenham maior chance de acesso, as desvantagens dos negros têm diminuído. No que diz respeito à ocupação dos pais (utilizada como proxy das situações de classe), as vantagens dos filhos de Profissionais sobre filhos de Trabalhadores Manuais Não Qualificados diminuíram para menos de um terço (35 vezes mais de chances em 1995 e 10 vezes mais em 2015). Importante destacar que os efeitos de classe de origem têm variações, de modo a apresentarem estagnação ou aumento de 1995 a 2005 e redução entre os anos 2005 e 2015, década marcada pela implementação e consolidação de políticas de ação afirmativa. Essa constatação revela que, embora identificada em todo período de análise, foi somente na última década que a expansão foi acompanhada de ingresso mais democrático.

Estes estudos apontam que houve avanços na democratização vertical, embora ela permaneça um grande desafio a ser superado. Com a ampliação do acesso, desigualdades foram reduzidas e o grupo que ingressa o ensino superior brasileiro se tornou um pouco mais representativo do perfil populacional. Indiscutivelmente, a massificação, ao abrir o sistema de ensino brasileiro historicamente marcado pelo fechamento a populações pobres, tem “efeito democrático automático” (DUBET, 2015, p. 256).

Entendemos, no entanto, que a ampliação do acesso precisa ser analisada em maior profundidade. Um ponto importante a ser investigado é como os diferentes perfis sociais dos estudantes se beneficiam das políticas implementadas nos últimos anos. Não é possível se chegar a conclusões sobre o nível de democratização experienciado no sistema sem que se considere as desigualdades e consequente hierarquias das escolas frequentadas na educação básica. Existem diferenças conforme os estabelecimentos e as redes de ensino no que diz respeito à qualidade do ensino, corpo docente e infraestrutura escolar que impactam fortemente nas condições para tentativa de acesso ao ensino superior (tipos de instituição e de cursos frequentados).

Segundo Ribeiro (2011), os estudantes das melhores escolas de ensino fundamental e médio apresentam maiores chances de entrar nas melhores universidades do país e em cursos cujos rendimentos profissionais são maiores. Nesse sentido, salvo exceções, as escolas privadas tendem a possuir vantagens educacionais sobre as escolas públicas de educação básica, exceto em relação às escolas públicas federais, que apresentam qualidade superior às públicas municipal e estadual. Desse modo, chama a atenção, conforme identificado pela análise do autor, que indivíduos que estudam em escolas públicas federais têm 19 vezes mais chances de ingressar na universidade do que indivíduos que estudaram em escolas públicas municipal e estadual.

As diferenças de qualidade entre os tipos de escolas públicas são expostas também em trabalho de Alves et al. (2014), ao explorarem os resultados de um índice de nível socioeconômico

(NSE) das escolas de educação básica do Brasil. Nele, as autoras demonstram que existem diferenças entre os perfis sociais dos estudantes de acordo com o tipo de escola frequentada. Assim, as escolas municipais e estaduais apresentaram, em geral, menor NSE quando comparadas com as escolas federais, as quais alcançam um NSE mais próximo das escolas privadas.

A despeito das vantagens pedagógicas e socioeconômicas, deve-se salientar que os estabelecimentos educacionais do setor federal atualmente também necessitam cumprir a Lei de Cotas, o que certamente tem contribuído para que ao longo dos anos o perfil do estudante se torne menos elitizado. De qualquer forma, é preciso considerar que há forte demanda e concorrência por vagas nessas instituições. Assim, diferentemente do que ocorre na maioria das escolas estaduais e municipais de ensino médio, as escolas federais geralmente realizam processos seletivos bastante concorridos, o que nos indica que mesmo os estudantes que ingressam nessas instituições por cotas foram, portanto, bastante selecionados, tendendo a ter um perfil social e escolar relativamente mais elevado quando comparados a maioria dos jovens do seu grupo social. Após essa breve problematização sobre as diferenças, desigualdades e hierarquias que atravessam as escolas públicas de ensino médio, analisaremos como tem se estabelecido no contexto da UFMG o acesso dos egressos dessas escolas.

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ACESSO À UFMG

Nesta seção, analisa-se o perfil dos ingressantes da UFMG, com foco nos egressos de escolas públicas. Ao longo do período analisado, entre os anos de 2008 e 2018, observou-se um total de 27.987 mil casos, sendo 20.455 mil (73,1%) provenientes do ensino médio em escolas públicas estadual/municipal e 7.532 mil (26,9%) egressos de escola pública federal. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), no Censo Escolar de 2019, as matrículas do ensino médio na rede pública se organizaram da seguinte forma: 84% concentradas na rede estadual e 3% na rede federal. Esses dados já indicam o peso desproporcional das escolas federais em comparação com as demais escolas públicas.

O período considerado na pesquisa contempla marcos no que se refere ao acesso à essa instituição. O ano de 2008 corresponde a um momento em que ainda não havia ocorrido a adoção de políticas de ação afirmativa. No período 2009 a 2012, implementou-se o sistema de bônus, que concedia um adicional de 10% na pontuação obtida no vestibular aos candidatos que frequentaram os últimos 7 anos da educação básica em escola pública e mais um acréscimo de 5% de bônus ao candidato autodeclarado negro. Em 2013, inicia-se a implementação gradual da reserva de vagas pela Lei de Cotas, com um percentual de 12,5%. Em 2016, a reserva de vagas para egressos do ensino médio público foi integralizada, chegando a 50% das vagas. O Quadro 1 sintetiza as alterações em relação às políticas de ação afirmativa implementadas ao longo dos últimos 13 anos no contexto analisado.

Quadro 1 - Políticas de ação afirmativa adotadas pela UFMG

Ano	Política de ação afirmativa	Público-alvo
Até 2008	Não havia políticas de ação afirmativa.	-

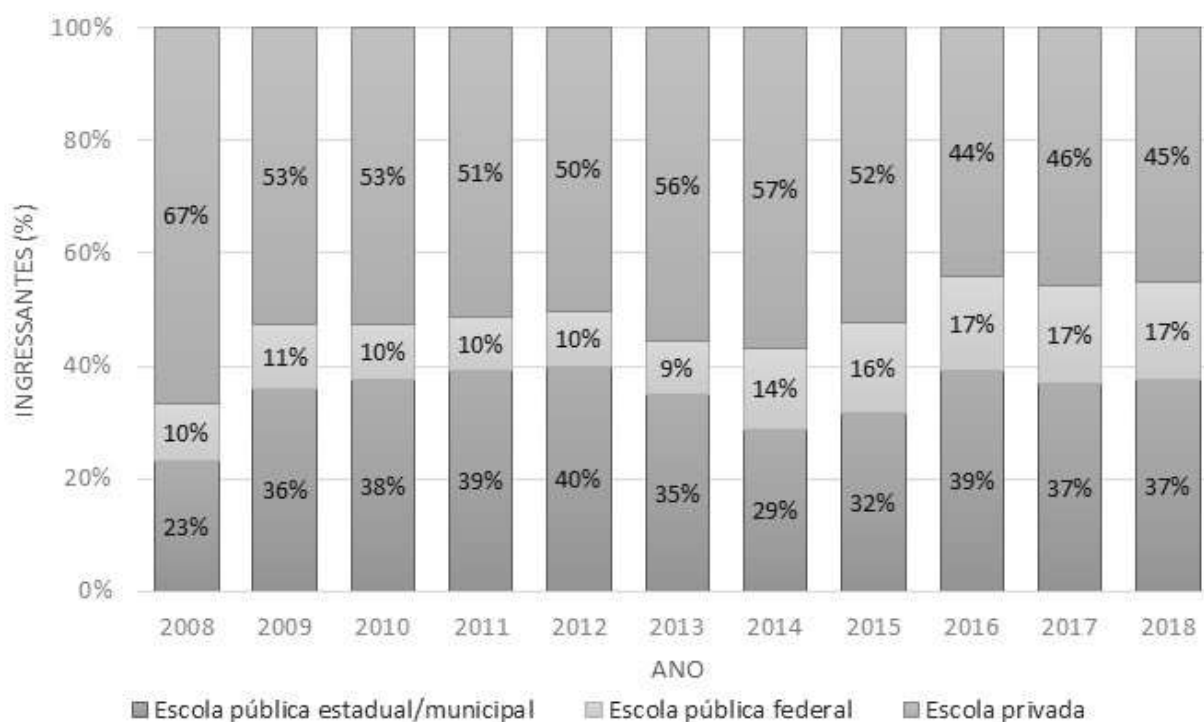
2009 - 2012	Bônus - acréscimo de 10% na nota de candidatos que cursaram os últimos 7 anos da Educação Básica na rede pública e de 15% para provenientes de escolas públicas autodeclarados negros.	Estudantes de escolas públicas, negros estudantes de escolas públicas.
2013 - 2016	Reserva de vagas, de forma progressiva, por curso e turno, conforme Lei 12.711/2012: implementação de 12,5%, 25%, 37,5% ao ano até atingir o mínimo de 50%.	Egressos de escolas públicas com subcotas divididas em 4 modalidades.
2017 - 2020	Reserva de vagas de no mínimo 50% por curso e turno, conforme Lei 13.409/2016.	Egressos de escolas públicas com subcotas divididas em 8 modalidades.

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Como pode ser observado, desde 2009, a universidade passou por modificações nos processos seletivos com vistas à ampliação do acesso de alunos da rede pública de ensino, bem como de grupos sociais que historicamente acumularam uma série de desvantagens para obter acesso ao ensino superior. Portanto, buscaremos compreender as alterações no seu perfil dos ingressantes oriundos de escolas públicas a partir dessas mudanças. Para isso são apresentadas as características dos ingressantes (sociodemográfica, escolar e familiar) e as características de acesso à instituição ao longo dos anos.

PERFIL DE ACESSO DOS ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA

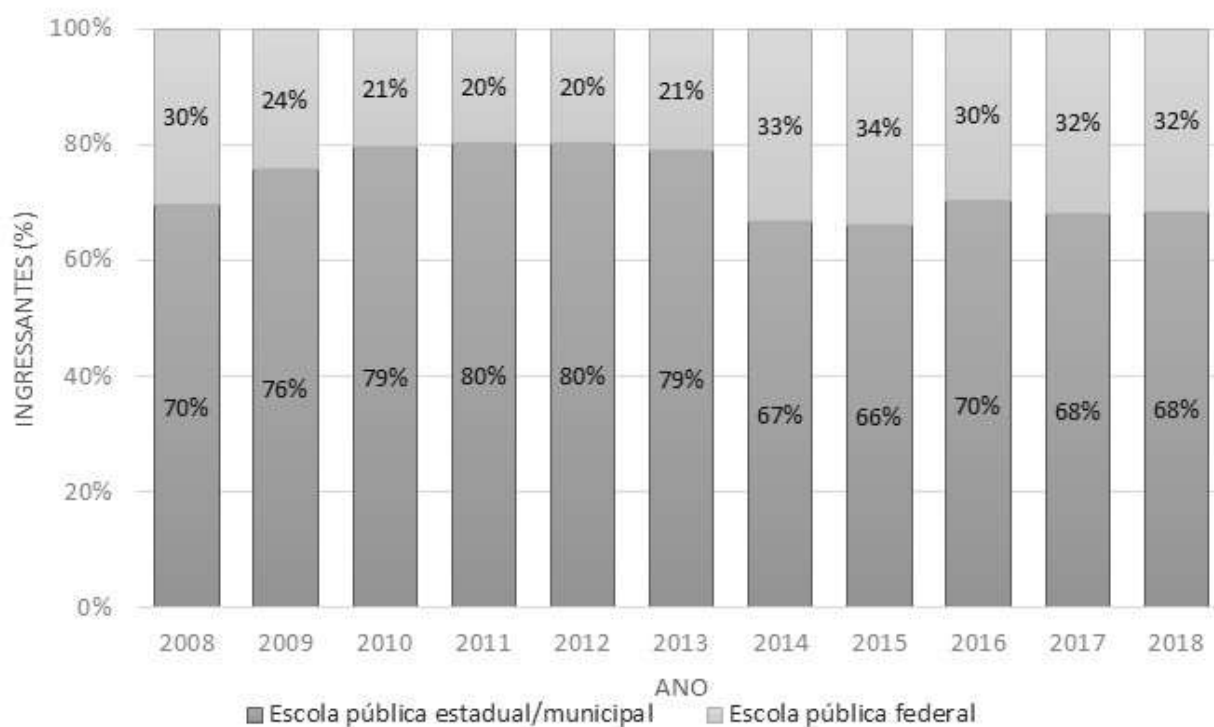
A UFMG oferta anualmente em torno de 6.300 vagas para estudantes de graduação em seu processo seletivo. Em 2008, ano anterior à adoção de política de Bônus, o perfil geral da universidade exibiu uma concentração de egressos do setor privado da educação básica, que alcançavam o percentual de 66,6%. Com a adoção das políticas de ação afirmativa, alterou-se gradativamente o perfil de seu alunado, visto que, conforme pode ser observado no Gráfico 1, passou a ingressar na instituição uma maior quantidade de candidatos oriundos de escolas públicas. Em 2012, último ano de vigência da política de bonificação, o percentual de egressos da rede privada foi 16 pontos percentuais (p.p.) menor em comparação com o ano 2008, e a quantidade de estudantes provenientes da rede estadual/municipal de ensino elevou 17 p.p. no mesmo período de análise. Nota-se que não houve alteração da participação dos egressos da rede federal no período. Com a adoção das cotas em 2013, a proporção de estudantes das escolas públicas caiu em comparação ao período do Bônus. Mas a partir de 2015, em que se eleva o percentual de vagas reservadas, a proporção desse grupo volta a aumentar e, em 2016, a UFMG passa a ter mais estudantes de escolas públicas do que privadas.

Gráfico 1 – Origem escolar por ano de ingresso na UFMG

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Com intuito de melhor compreender os dados referentes ao tipo de escola pública é feito um recorte no Gráfico 2. Entre os anos de 2009 e 2012, verifica-se que o número absoluto de egressos das escolas federais não diminuiu, mas o peso relativo dessa categoria diminuiu, devido ao aumento significativo de ingressantes vindos das redes estadual e municipal. Essa constatação provavelmente se relaciona ao modo como a política foi estabelecida, pois o Bônus era direcionado para aqueles que cursaram os últimos sete anos da educação básica na rede pública, enquanto pela Lei de Cotas, se tem como critério que o candidato tenha frequentado estabelecimentos públicos apenas nos três anos do ensino médio.

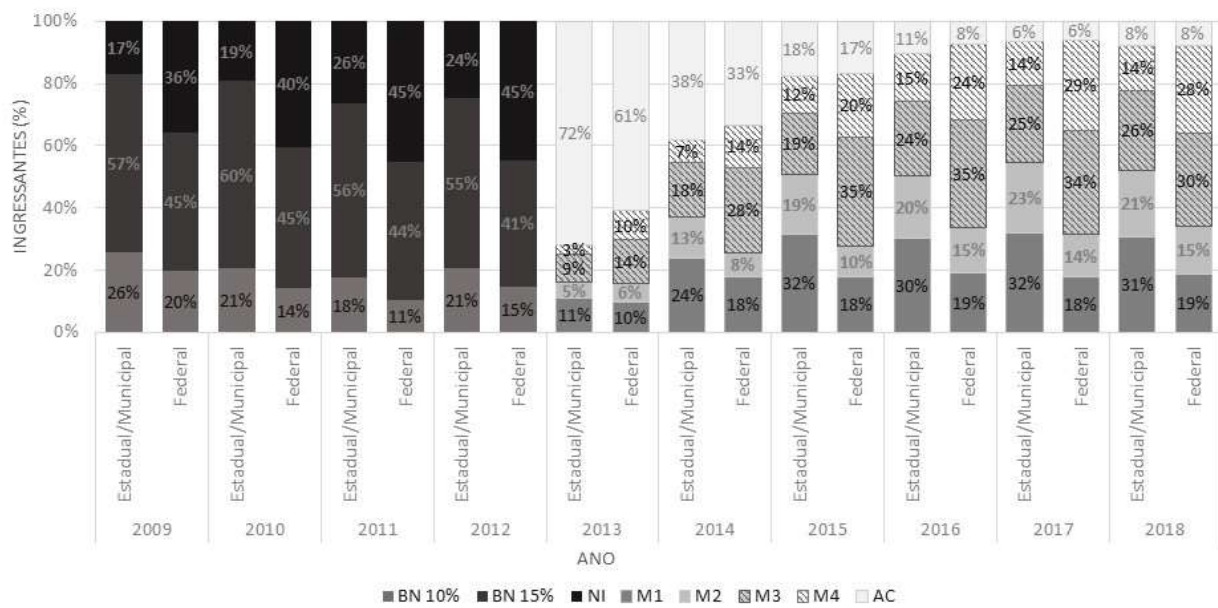
Em 2016, ano no qual a Lei de Cotas atingiu o percentual mínimo de 50% de reserva de vagas, evidencia-se aumento da participação dos estudantes provenientes de escolas públicas, como era esperado pela política. No entanto, conforme demonstrado no Gráfico 2, foi a participação dos egressos da rede federal que, em termos relativos, apresentou maior elevação. Os dados demonstram que parte substancial das vagas anteriormente ocupadas pelos estudantes do setor privado passaram a ser ocupadas pelos egressos do setor público federal de ensino médio, indicando que esses se beneficiaram mais das políticas de ação afirmativa, em comparação com os concluintes das escolas públicas estadual/municipal. Em 2017 e 2018, esta situação manteve-se praticamente estável.

Gráfico 2 – Tipo de escola pública por ano de ingresso na UFMG

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Tendo em vista o maior acesso de estudantes oriundos de escolas públicas com a implementação das políticas de ação afirmativa na UFMG, em especial a elevação da presença de oriundos de escolas federais nos últimos anos, é importante observar como essa maior participação tem contribuído para modificar o seu perfil discente. A partir do cruzamento de variáveis que caracterizam as formas de acesso e o perfil sociodemográfico dos ingressantes de escola pública, pode-se verificar os possíveis impactos das políticas em vigência sobre a composição do alunado da universidade. Nesse sentido, os gráficos seguintes buscam traçar um perfil comparativo dos egressos das escolas públicas federais com os egressos das escolas estaduais e municipais, por meio da verificação do tipo de ação afirmativa utilizada (que indica certas características sociais e econômicas), pela faixa etária, sexo, cor/raça, escolaridade dos pais, renda e origem geográfica.

O Gráfico 3 mostra como as distintas categorias administrativas de escolas públicas estão distribuídas nas subdivisões das políticas, ao se efetuar o cruzamento entre a modalidade de ação afirmativa e a origem escolar dos estudantes.

Gráfico 3 – Modalidade de ação afirmativa por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

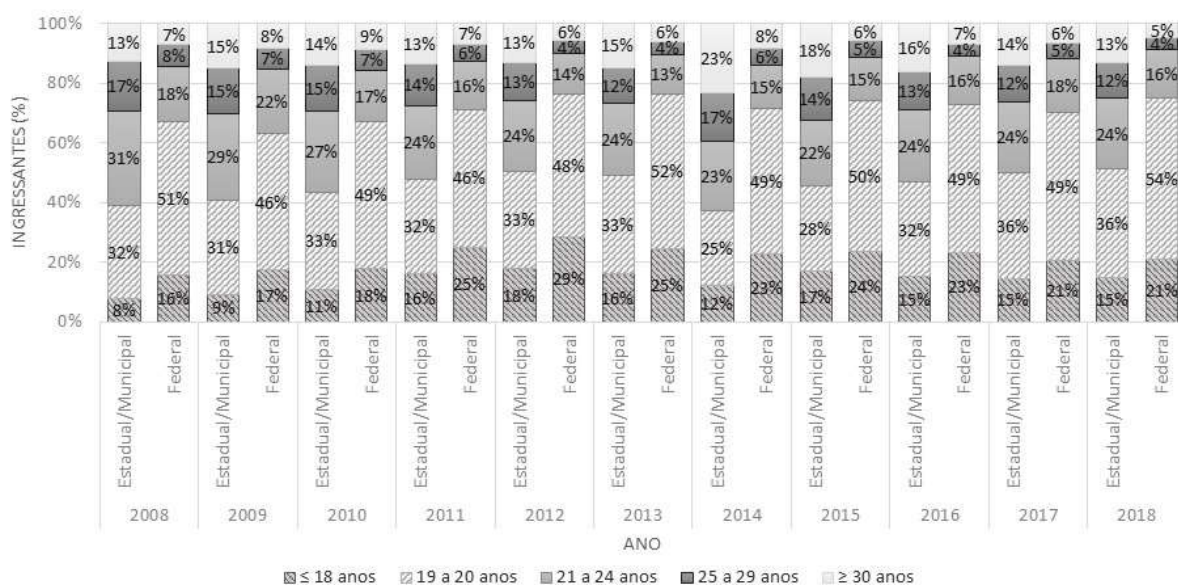
Nota: NI – Candidato não ingressou com bônus; AC – Ampla concorrência.

Entre 2009 e 2012, verifica-se que 22,5% do alunado de escola pública ingressou na UFMG pelo bônus sociorracial, ou seja, recebeu adicional de 15% destinado aos egressos da rede pública que se autodeclaravam negros. Os egressos das redes estadual/municipal apresentaram maior percentual de beneficiados por esse bônus em comparação com aqueles da rede federal.

Ao analisar o ingresso após o estabelecimento das cotas, observa-se que nas subdivisões da política que atendem estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica (M1 e M2), há mais estudantes vindos de escolas estadual/municipal. De modo oposto, nas subdivisões da política que atendem estudantes com menor desvantagem socioeconômica (M3 e M4), há uma proporção mais elevada de egressos de escolas federais. Esses dados refletem os perfis diferenciados dos públicos atendidos por esses tipos de escola e indicam uma associação entre origem escolar e modalidade de ação afirmativa.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA

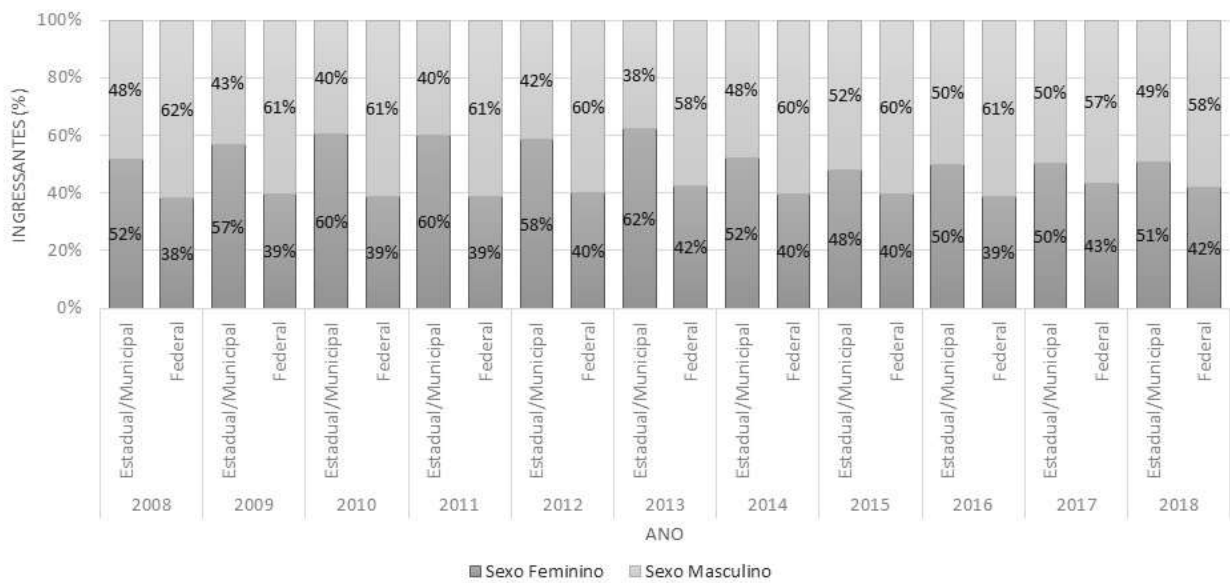
Existe uma importante correlação entre idade e possibilidade de ingresso no ensino superior (MONT'ALVÃO, 2015; PIOTTO, 2014; RIBEIRO, 2016). No caso da UFMG, considerando o período analisado, entre os ingressantes com origem escolar no ensino médio público, por volta de 50% ingressou com até 20 anos de idade, sendo 19 anos a idade mais frequente (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Faixa de idade dos ingressantes por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Na comparação entre os ingressantes de escolas estaduais e municipais com escolas federais, estes últimos tendem a ingressar no ensino superior mais jovens, com a maioria tendo até 18 anos ou entre 19 e 20 anos. Isto evidencia uma trajetória com maior linearidade, sem reprovações entre a educação básica e o ensino superior, situação mais frequente entre os grupos sociais mais privilegiados. Em relação aos estudantes de escolas estaduais e municipais é observada situação diferente. Há maior concentração de estudantes cujo perfil etário é mais velho, com uma proporção comparativamente mais elevada na faixa de idade acima de 30 anos.

Quanto às características de perfil em relação ao sexo, percebe-se no Gráfico 5 que os estudantes de escolas federais são majoritariamente do sexo masculino, enquanto entre os concluintes das escolas municipais/estaduais predomina o perfil feminino. Essa característica pode estar relacionada com o acesso desigual de mulheres e homens aos cursos técnicos que são ofertados em escolas federais, que tendem a ser predominantemente direcionados para áreas relacionadas à informática e industrial, que ofertam cursos tradicionalmente ocupados por homens.

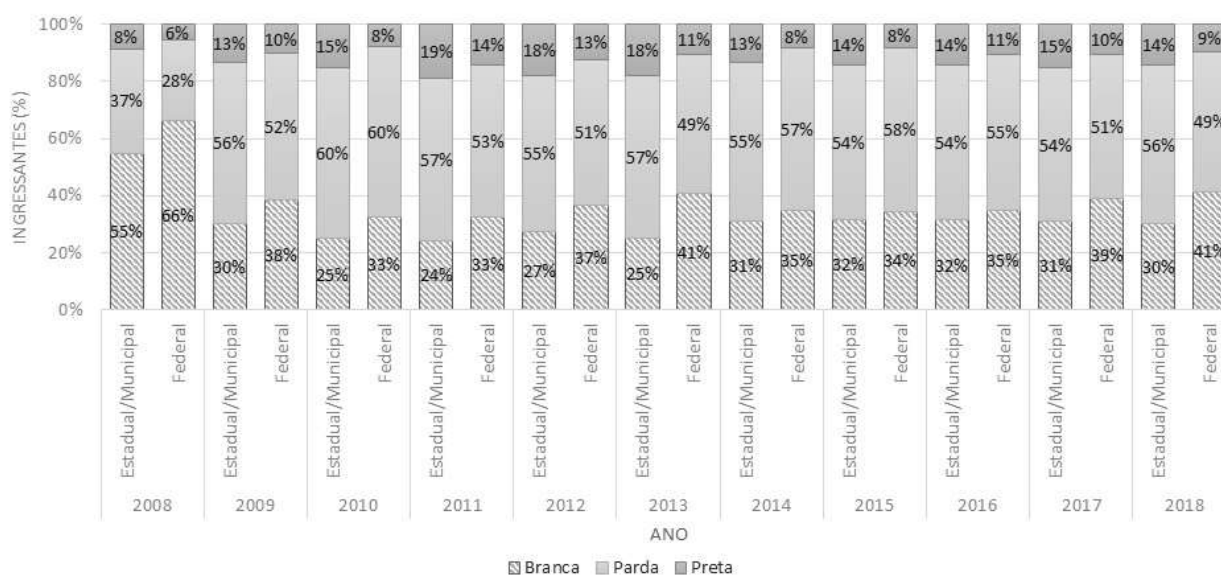
Gráfico 5 - Sexo dos ingressantes por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Após a adoção do Sisu pela UFMG em 2014, a proporção relativa de ingressantes do sexo masculino elevou-se consideravelmente em ambos os grupos de escolas analisadas. Essa mudança é ainda mais considerável entre os ingressantes das escolas estaduais/municipais, grupo que desde 2009 era formado predominantemente por mulheres. No cruzamento das variáveis sexo e raça, observa-se que o aumento se dá principalmente entre os homens brancos e pardos, com perda de espaço das mulheres negras egressas das redes estadual e municipal. Já entre a rede federal, as mulheres brancas perderam espaço para os homens pardos.

Uma das hipóteses para que isso tenha ocorrido é o maior incentivo à migração geográfica fomentada pela plataforma do Sisu, ao facilitar candidaturas em instituições mais distantes do local de moradia. Nesse sentido, devido às desigualdades de gênero, uma possibilidade interpretativa é que homens possuem maior prerrogativa e/ou incentivos para efetuar uma mobilidade geográfica. Essa hipótese se sustenta ao menos no contexto da UFMG, tendo em vista que o banco de dados sinaliza que desde 2014 a maioria dos estudantes vindos do interior de Minas Gerais ou de outros estados foram homens, enquanto, de modo oposto, as mulheres predominavam entre ingressantes de Belo Horizonte e de cidades da RMH.

Quanto à composição racial dos ingressantes vindos de escolas públicas (Gráfico 6), a partir da adoção de políticas de ação afirmativa o perfil universitário da UFMG dos oriundos da rede pública se diversificou, com a inclusão de maior número de estudantes negros (pretos e pardos). No entanto, observa-se uma relação entre raça e o tipo de escola pública na qual o estudante concluiu o ensino médio. Aqueles que se autodeclararam pretos e/ou pardos estão em maior quantidade entre os originários de escolas estadual/municipal, enquanto os autodeclarados brancos estão em proporção maior entre os egressos da rede federal.

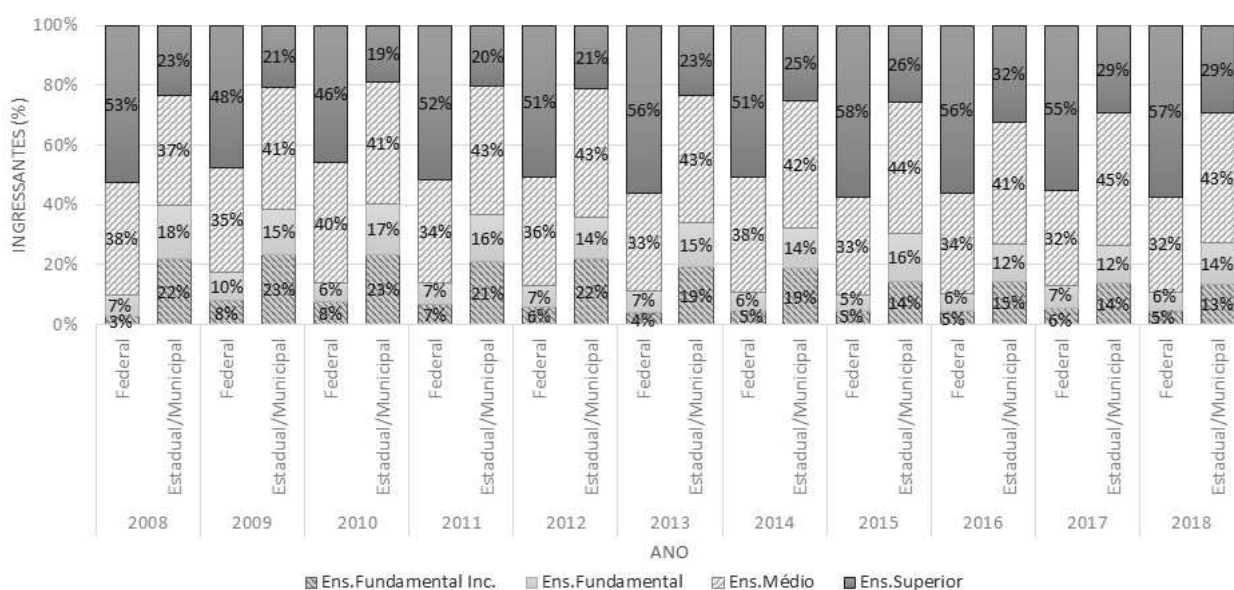
Gráfico 6 - Cor/raça dos ingressantes por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Percebe-se que o bônus foi responsável pela ampliação dos ingressantes negros provenientes da rede pública de ensino, como se vê pela mudança no perfil ocorrida entre 2008 e 2009. Entre 2013 e 2014, período de implementação do Sisu e da Lei de Cotas, os estudantes pardos se sobressaem em relação aos brancos egressos da rede federal. No entanto, entre aqueles da rede estadual/municipal a distribuição por cor/raça é alterada, com maior participação de candidatos brancos e menor presença dos autodeclarados negros, especialmente os pretos. Esta mudança de perfil pode estar relacionada com possível interação dos efeitos do Sisu e Lei de Cotas. Lembremos que a instituição iniciou a reserva de vagas com o mínimo requerido (12,5%), revertendo, por curto período, as mudanças ocasionadas pela política de bônus. A partir de 2017, a composição racial dos egressos da rede federal altera-se, com aumento dos estudantes brancos.

PERFIL FAMILIAR DOS ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA

O nível de escolarização parental indica o maior grau de escolarização alcançado por pelo menos um dos pais do estudante. Os dados exibidos demonstram que, ao longo dos anos, o percentual daqueles com maior escolaridade elevou-se entre os oriundos de escolas públicas, com exceção de 2017, quando a escolarização de nível superior diminuiu 3 p.p. entre os egressos de escolas estadual e municipal (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Maior grau de escolarização parental dos ingressantes por tipo de escola pública

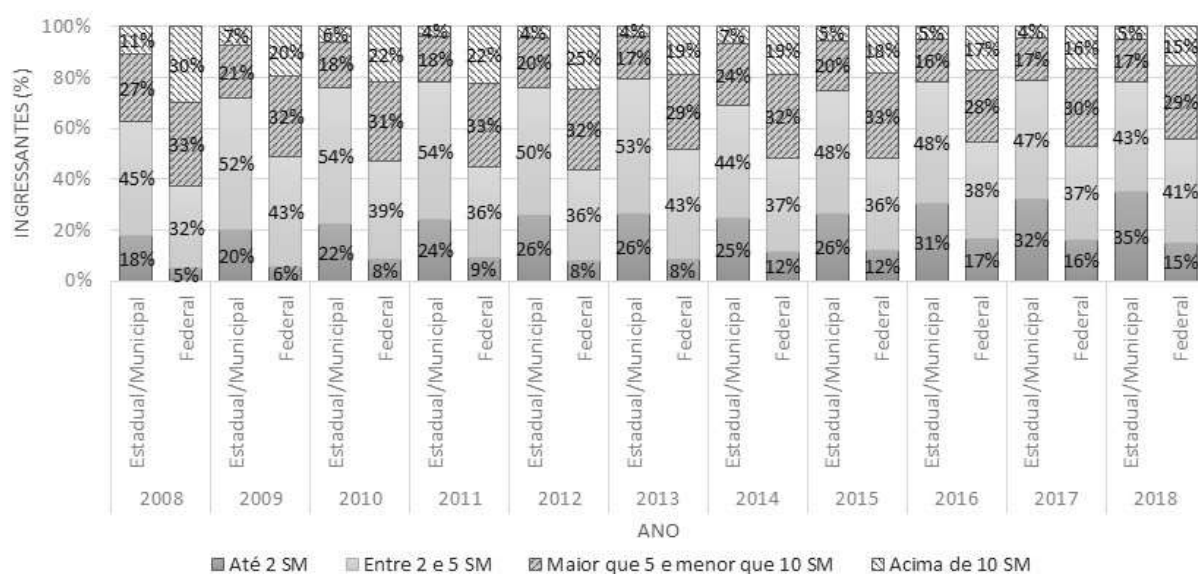
Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Nota: Ens. Fundamental Inc. - Ensino Fundamental Incompleto.

O contraste com relação ao nível socioeconômico entre os ingressantes das escolas estaduais/municipais e o das federais pode ser bem evidenciado quando nos atentamos para as características educacionais de suas famílias. Assim, identificamos que o nível de escolaridade parental dos estudantes da rede federal é proporcionalmente mais elevado, considerando todos os anos analisados: 53,6% deles tinham pais com ensino superior, já entre os alunos das redes estadual/municipal, esse nível de escolarização foi de 24,7%.

Durante o período de vigência da política do bônus (2009-2012), entre os egressos das redes estadual e municipal, reduziu-se o percentual que tinham pais com ensino fundamental completo e elevou-se o percentual de pais com ensino médio. Ao mesmo tempo, reduziu a escolarização de grau superior. Quanto aos egressos da rede federal, cresceu o percentual de alunos que tinham pais com ensino fundamental incompleto e reduziu aqueles que tinham pais com ensino superior. A partir da implementação das cotas, verifica-se, entre os estudantes provenientes de escolas estadual e municipal, gradual aumento percentual de pais com nível superior completo – sendo, em 2018, 8 p.p. superior em relação ao último ano em que vigorou o sistema de bonificação, 2012.

Ao analisar o Gráfico 8, em que se indica a faixa de renda das famílias dos estudantes de escolas públicas ao longo do período, verifica-se que os ingressantes das escolas federais tendem a ter renda familiar mais elevada em comparação com seus pares das escolas estaduais/municipais.

Gráfico 8 - Faixa de renda dos ingressantes por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

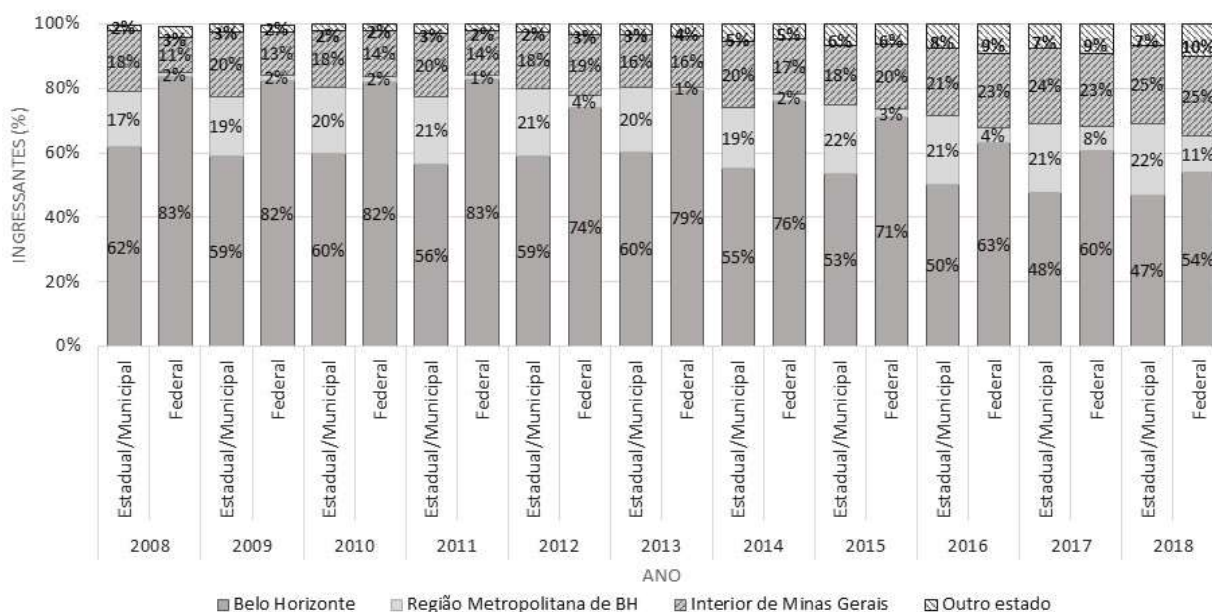
Nota: SM = Salário-mínimo.

Os ingressantes vindos de famílias com renda superior a 10 salários-mínimos apresentaram maior percentual entre os egressos da rede federal, enquanto aqueles com renda familiar abaixo de um salário-mínimo são proporcionalmente mais representados entre os egressos das redes estadual/municipal. No entanto, é importante destacar que a proporção de alunos das escolas federais com renda familiar mais elevada decresceu no período analisado. É possível que isso seja reflexo da implementação das cotas nos colégios da rede federal de educação básica.

Na comparação entre o último ano de vigência da política de bônus com o período em que não havia ação afirmativa na UFMG, os dados indicam aumento de estudantes de escolas públicas oriundos das camadas sociais mais desfavorecidas em relação à renda. Tal característica parece estar relacionada com o uso do bônus, que atraiu estudantes com perfil escolar e social mais baixo, no caso, aqueles que estudaram a maior parte da educação básica na rede pública.

Quando comparamos o ano de implementação da reserva de vagas com o último ano em que vigorou o bônus, verifica-se maior presença de alunos situados nas faixas de renda mais baixas, tanto entre os egressos das escolas estaduais ou municipais, como das federais. Estas alterações podem estar relacionadas com o efeito de maior inclusão de estudantes de baixa renda pela Lei de Cotas, já que a renda não era critério de seleção à época do bônus.

Quanto ao local de conclusão do ensino médio por região, a análise nos indica uma baixa migração ao evidenciar que a origem escolar principal dos alunos provenientes de escolas públicas é da capital mineira (59,2%), em seguida interior do estado de Minas Gerais (19,6%) e região metropolitana (16,2%). Entre os estudantes provenientes das escolas federais, constata-se a predominância dos estudantes residentes em Belo Horizonte (BH), enquanto entre os estudantes da rede estadual/municipal com um número um pouco maior de ingressantes oriundos da região metropolitana de BH e de cidades do interior de Minas Gerais, conforme Gráfico 9.

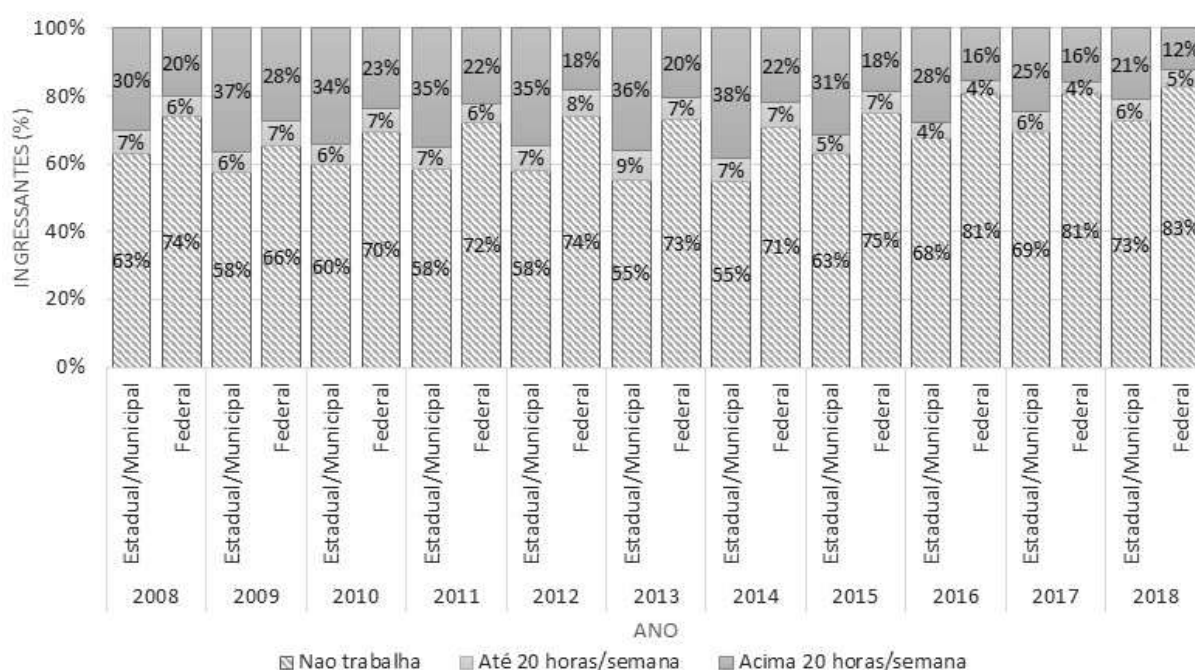
Gráfico 9 – Origem escolar (região) dos ingressantes por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Ao acompanhar a evolução da origem geográfica do estudante de escola pública, observou-se que no período de implementação das cotas, aumentou o percentual de estudantes de escolas públicas vindos de outros estados. A adoção do Sisu como mecanismo de acesso à UFMG em 2014 parece ter favorecido o ingresso de candidatos originários de outras cidades e regiões, mais distantes do campus de Belo Horizonte, diversificando o seu perfil escolar.

Um outro tipo de desigualdade na trajetória pode ser explicitado ao analisar se o estudante trabalhava quando ingressou na universidade. Conforme colocado por Zago (2006), o tempo investido no trabalho representa uma outra faceta da desigualdade, pois os estudantes mais pobres dependem mais de alguma atividade remunerada para permanecer estudando, o que conseqüentemente impõe limites à experiência acadêmica, deixando-os à margem de atividades que poderiam contribuir para sua formação, como congressos, conferências, encontros etc.

Ao analisarmos esse aspecto entre os ingressantes vindos da rede pública, verifica-se perfil predominante de estudante não trabalhador, conforme pode ser observado no Gráfico 10. Mesmo entre os ingressantes mais pobres, pode haver incentivos por parte das famílias, e também dos próprios estudantes, de postergar o ingresso em atividades laborais que possam de certa forma dificultar o prolongamento da trajetória escolar. A maior presença de estudantes trabalhadores encontra-se entre os formandos das escolas públicas estaduais/municipais.

Gráfico 10 – Exercício de atividade remunerada por tipo de escola pública

Fonte: O(A)s Autor(a)s, 2021.

Entre os egressos das escolas federais há menor número de estudantes trabalhadores, o que expressa o nível socioeconômico mais elevado desse alunado, cujas famílias tendem a preferir que a prole se insira no mercado de trabalho apenas após a obtenção do diploma de ensino superior. É interessante notar que muitas das escolas federais oferecem formação técnica e que permitiriam uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Esse dado dialoga com a pesquisa de Castro (2008), que trata sobre a origem do ensino técnico no Brasil e destaca que os alunos que ingressaram nessa rede são, muitas vezes, provenientes de classes sociais que não possuem interesse em exercer a formação profissional oferecida, mas sim se preparar para os vestibulares mais competitivos.

Quanto às mudanças da situação de trabalho do estudante ao longo do período, observa-se entre 2008 e 2009, uma variação em sentido oposto conforme a rede de escolas públicas. Entre os ingressantes das escolas estaduais/municipais, houve um aumento de 5 p.p. daqueles que trabalhavam mais de 20 horas semanais. Inversamente, para os formandos das escolas federais, observou-se uma redução destes estudantes trabalhadores. Em relação ao período da Lei de Cotas, ocorre uma redução da proporção de estudantes trabalhadores a partir de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos as diferenças de perfis de estudantes provenientes de instituições públicas que ingressaram na UFMG, sob a hipótese de que os alunos vindos das escolas federais se caracterizariam pela origem social mais afluyente em comparação com seus pares dos estabelecimentos públicos estaduais e municipais. Essa hipótese foi confirmada na análise do período considerado. Em geral, os ingressantes das escolas federais são proporcionalmente mais jovens, do sexo masculino, com renda e escolaridade parental mais elevada.

Examinamos também se houve mudanças nos perfis desses estudantes conforme a implementação das políticas de ação afirmativa na UFMG, buscando verificar se as políticas de bônus ou de reserva de vagas (Lei de Cotas) teriam efeitos distintos para cada grupo. Os dados indicam que a primeira política, o bônus, beneficiou de modo mais explícito os estudantes das escolas públicas estaduais ou municipais, o que pode estar associado a exigência do tempo mínimo de sete anos na rede pública de ensino. No entanto, isso parece ter sido modificado com a implementação da Lei de Cotas que ao diminuir o tempo de obrigatoriedade no setor público somente para o ensino médio, pode ter ampliado a vantagem dos estudantes das escolas federais. Associado a essa ampliação, lembramos que a partir de 2014, ano de adesão da UFMG ao Sisu, a proporção relativa dos concluintes das escolas de ensino médio federais se eleva consideravelmente.

Por fim, este estudo reforçou a necessidade de uma análise relativa do perfil dos ingressantes por curso, ou seja, uma compreensão mais robusta sobre quais cursos são mais recorrentes entre as escolhas dos estudantes de escolas estaduais/municipais e quais são mais recorrentes entre os estudantes de escolas federais. Cabe-nos entender melhor como se configuram esses processos a fim de compreender se a ampliação das oportunidades de acesso foi acompanhada por uma reprodução das desigualdades internas na instituição, vinculada às características dos cursos.

A Lei de Cotas alterou significativamente a forma de acesso ao ensino superior público no Brasil, criando a expectativa de uma maior igualdade de oportunidades entre os candidatos. Não há dúvidas de que esta legislação traz importantes avanços quanto a democratização do acesso a este nível de ensino, mas neste artigo buscamos evidenciar que, ao construirmos alternativas para atenuar determinadas desigualdades, outras podem se tornar mais visíveis. Este é o caso quando colocamos em competição direta pelas vagas reservadas estudantes egressos de toda uma diversidade de escolas públicas, em especial, aqueles provenientes das redes municipal e estadual com aqueles da rede federal.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 49-81, 2016.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica Brasileiras. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 84, p. 671-704, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília: 2019.

BRASIL. Portaria normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

CASTRO, Claudio de Moura. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, 2008.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n.148, 2013.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CrH**, v. 28, p. 255-266, 2015.

FERES JÚNIOR, João, DAFLON, Verônica Toste. Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n.5 p. 31- 43, 2014
<https://doi.org/10.12957/cdf.2014.14229>

FERES JÚNIOR, João. Introdução. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 11-19, 2018.

HERINGER, R., KLITZKE, M. O ENEM/SISU e as ações afirmativas em cursos de prestígio da UFRJ. In: SANTOS, G. G. dos; Vasconcelos, L.; SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da Vida Estudantil**: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária - percurso e novas perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2017, v. 1, p. 37-58, 2017.

LÁZARO, André. Ação afirmativa na educação: avanços e limites da política. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.12, n.34, p.85-117, 2018.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, 2015.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NONATO, Brécia F.; RIBEIRO, Gustavo M.; FLONTINO, Sandra R. D. Promessas e limites: o SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v.33, 2017.

NONATO, Brécia França. **Lei de Cotas e SisU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais**. 2018. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 27-51, 2020.

PINHEIRO, Carina Lilian Fernandes; SOARES, Maria de Lourdes. A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.18, n.45, p.196-210, 2020.

PIOTTO, Débora Cristina. Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares** [S.l: s.n.], 2014.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. **Soc. estado**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 301-323, 2016.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do campus - Impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. Rio de Janeiro: **Cadernos do GEA**, n. 9. jan./jun. 2016.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Espaço Pedagógico**. v. 26, n. 1, Passo Fundo, p. 9-32, jan./abr. 2019.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução das desigualdades de acesso? São Paulo: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 2, maio/ago. 2018. p. 219-253.

SANTOS, Clarissa Tagliari; LIMA, Raquel Guilherme de; CARVALHAES. O perfil institucional do sistema de ensino superior brasileiro após décadas de expansão. In: BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **A expansão desigual do ensino superior no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020. p. 27-55.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 31, 2017.

UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. **Análise dos Processos Seletivos SiSU e Vestibular de Habilidades de 2019**. 2019.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006.